



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGOMINAS

CNPJ 01.068.359/0001-63

REQUERIMENTO Nº40/2023
SENHORA PRESIDENTA,
SENHORES VEREADORES,

Os vereadores que este subscreve, requer que após tramitação regimental e aprovação do Plenário, seja encaminhada cópia deste requerimento ao Exmº Senhor **IVANILTON PAULA DE ARAÚJO**, Secretário Municipal de Administração.

Considerando que é dever constitucional das administrações públicas municipais esclarecer e informar a população sobre as demandas das gestões públicas;

Considerando que é obrigação primordial dos membros do poder executivo comparecerem ao plenário desta Augusta Casa de Leis, quando na eminência de ser convocado; destarte segundo o Regimento Interno da Casa e da Lei Orgânica do Município;

Considerando que recentemente este município teve dos 139 municípios do Estado do Tocantins a classificação de 138ª posição do ranking de piores municípios nas informações prestadas no portal da transparência;

Considerando que a Lei da Transparência e a da Informação em seu escopo é determinante e taxativo na divulgação das informações que são públicas e de interesse de quem quiser e que o município não está cumprindo com seu dever constitucional;

Considerando que a Secretaria Municipal de Administração é responsável por gerir todas os demais órgãos que gerenciam recursos públicos no âmbito da Administração do poder executivo municipal;

Solicitamos a convocação do senhor Ivanilton Paula de Araújo, Secretário Municipal de Administração para prestar esclarecimentos ao parlamento e ao povo de Aragominas sobre demandas que elencaremos em anexo.

Diante do exposto e convictos que os nossos colegas Vereadores são sensíveis à causa, pedimos a aprovação deste requerimento.

Nos termos,

Pedimos Deferimento.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Aragominas, aos 08 dias do mês de agosto do ano de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGOMINAS
ESTADO DO TOCANTINS
APROVADO
Por: unanimidade
Em: uma vez votação
Dia: 15.08.2023
Presidente: [assinatura]
[assinatura]

[assinatura]
ROBSON MARTINS REZENDE

Ver. Presidente Municipal do Podemos

[assinatura]
JANNER SOUSA ARAÚJO

Ver. do PP

[assinatura]
ANTÔNIO FILHO DUARTE MOTA

Ver. MDB

Anexos

1. Esclarecimento sobre a folha de pagamento;
2. Contrato estabelecido com a Empresa Contrate;
3. Falta de alimentação do portal da transparência;
4. O não cumprimento do piso nacional do magistério;
5. O não cumprimento com o PCCR dos servidores do administrativo da educação;
6. Contrato com a empresa que administra o transporte escolar;
7. Esclarecimentos sobre o auto consumo de combustíveis nos fundos da Administração pública;
8. As constantes falhas dos veículos do transporte escolar, além das condições de trânsito dos mesmos;
9. Atraso dos pagamentos dos transportes de escolares;
10. Arrecadação dos tributos e taxas elencadas no código tributário municipal;
11. Gastos exorbitantes com a aquisição de peças e materiais de consumo por parte da administração públicas;
12. Controle de almoxarifado;
13. Atuação no caso de crime praticados por servidores da administração pública: tais como peculato, prevaricação e de responsabilidades, entre outros;
14. Cumprimento da carga horária dos servidores da saúde;
15. Cumprimento do calendário escolar;
16. Licitações executadas na administração pública;
17. Contratos estabelecidos com empresas de acessória jurídica e contábil;
18. Pagamento de gratificações aos servidores;
19. Pagamento de diárias aos servidores;
20. Esclarecimentos sobre a atuação dos serviços de ouvidoria e do controle interno da atual gestão;
21. Explicações sobre o contrato com a empresa de iluminação pública;
22. Plano de cargo, carreira e salários para os servidores do quadro geral e outros;
23. Manutenção dos equipamentos e máquinas pertencentes ao poder público municipal;
24. Demonstrar através de extratos bancários a aplicação do recurso arrecadado em o leilão na cidade de Aragominas;
25. Esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos próprios arrecadados, tais como: IPTU e ISSQN, entre outros;
26. Concurso Público;
27. Pagamento indevido à pessoa de órgãos controladores e normativos;
28. Falta de transparência nos colegiados que compõem a administração pública tais como: Conselho tutelar, Conselho do Fundeb, Conselho da Saúde, e da Assistência Social;
29. Cumprimento das metas elencadas no PME;
30. Concessão de licenças prêmios e outros benefícios.
31. Contrato do ônibus universitário e prestação de serviço do mesmo;
32. Uso de veículos do PAC.